

# A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística

Luiz Gonzaga Motta\*

Resumo: O artigo advoga que narrativas são dispositivos argumentativos que utilizamos em nossos jogos de linguagem. Propõe o estudo das narrativas como estratégias organizadoras do discurso jornalístico. Sugere a análise da construção de significados através da reconfiguração do acontecimento jornalístico, seus conflitos, episódios funcionais, personagens, estratégias de objetivação (efeitos de real) e subjetivação (efeitos poéticos) e do “contrato cognitivo” entre jornalistas e audiência. Argumenta que a análise pragmática da narrativa jornalística permite a interpretação simbólica e revela metanarrativas culturais pré-jornalísticas.

Palavras chave: narrativa jornalística, pragmática, narratologia, efeitos de sentido

\* Luiz Gonzaga Motta é jornalista, mestre pela Indiana University (USA), doutor pela University of Wisconsin (USA), estágio de pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha). É pesquisador do CNPq, coordenador do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP), do Núcleo de Estudos da Narrativa (NENA) e professor da Universidade de Brasília, onde desenvolve pesquisas sobre as narrativas jornalísticas, história do presente e a construção social da realidade.

## **I. Introdução: mídia e comunicação narrativa**

A narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo (o conhecimento sobre a natureza física, as relações humanas, as identidades, as crenças, valores e mitos, etc.) em relatos. A partir dos enunciados narrativos somos capazes de colocar as coisas em relação umas com as outras em uma ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico. É assim que compreendemos a maioria das coisas do mundo.

Isso quer dizer que a forma narrativa de contar as coisas está impregnada pela narratividade, a qualidade de descrever algo enunciando uma sucessão de estados de transformação. É a enunciação dos estados de transformação que organiza o discurso narrativo, que produz significações e dá sentido às coisas e aos nossos atos.

Ao estabelecer seqüências de continuidade (ou descontinuidade), as narrativas integram ações no passado, presente e futuro, dotando-as de sequenciação. O relato temporal perspectiva os estados e as ações em momentos históricos (mudanças evolutivas). Psicólogos culturais afirmam que a nossa tendência para organizar a experiência de forma narrativa é um impulso humano anterior à aquisição da linguagem: temos uma predisposição primitiva e inata para a organização narrativa da realidade (J. Bruner, 1998). A nossa biografia, por exemplo, não é apenas uma autopercepção do nosso *eu*. Ser um *eu* com passado e futuro não é ser um agente independente, mas estar imerso em relações, em seqüências globais dirigidas a metas (K. Gergen, 1996).

As narrativas midiáticas podem ser tanto fáticas (as notícias, reportagens, documentários, transmissões ao vivo, etc.) quanto fictícias (as telenovelas, videoclipes musicais, filmes, histórias em quadrinho, alguns comerciais da TV, etc.). Produtos veiculados pela mídia exploram narrativas fáticas, imaginárias ou híbridas procurando ganhar a adesão do leitor, ouvinte ou telespectador, envolve-lo e provocar certos efeitos de sentido. Exploram o fático para causar o efeito de real (a objetividade) e o fictício para causar efeitos emocionais (subjetividades). Jornalistas, produtores e diretores de TV e cinema, roteiristas e publicitários sabem que os homens e mulheres vivem narrativamente o seu mundo, constroem temporalmente suas experiências. Por isso, exploram com astúcia e profissionalismo o discurso narrativo para causar efeitos de sentido.

## **II. A análise pragmática e cultural da narrativa**

A narratologia é a teoria da narrativa. Abarca também os métodos e os procedimentos empregados na análise das narrativas humanas. É, portanto, um campo e um método de análise das práticas culturais. Como a concebemos aqui, a narratologia é um ramo das ciências humanas que estuda os sistemas narrativos no seio das sociedades. Dedicar-se ao estudo das relações humanas que produzem sentidos através de expressões narrativas, sejam elas factuais (jornalismo, história, biografias) ou ficcionais (contos, filmes, telenovelas, videoclipes, histórias em quadrinho). Procura entender como os sujeitos sociais constroem os seus significados através da apreensão, compreensão e expressão narrativa da realidade.

Os discursos narrativos midiáticos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem à operações e opções (modos) lingüísticos e extralingüísticos para realizar certas intenções e objetivos. A organização narrativa do discurso midiático, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória, portanto. Realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produzem certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados). Quando o narrador configura um discurso na sua forma narrativa, ele introduz necessariamente uma força ilocutiva responsável pelos efeitos que vai gerar no seu destinatário.

Assim, a comunicação narrativa pressupõe uma estratégia textual que interfere na organização do discurso e que o estrutura na forma de seqüências encadeadas. Pressupõe

também uma retórica que realiza a finalidade desejada. Implica na competência e na utilização de recursos, códigos, articulações sintáticas e pragmáticas: o narrador investe na organização narrativa do seu discurso e solicita uma determinada interpretação por parte do seu destinatário.

A partir desse entendimento nos damos conta de que as narrativas midiáticas não são apenas representações da realidade, mas uma forma de organizar nossas ações em função de estratégias culturais em contexto. As narrativas e narrações são dispositivos discursivos que utilizamos socialmente de acordo com nossas pretensões. Narrativas e narrações são forma de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação. O discurso narrativo literário, histórico, jornalístico, científico, jurídico, publicitário e outros participam dos jogos de linguagem, todos realizam ações e performances sócio-culturais, não são só relatos representativos.

Desde esse ponto de partida, a narratologia não pode ser concebida como um ramo das ciências da linguagem apenas nem um desdobramento da teoria literária. Torna-se uma forma de análise e um campo de estudo antropológico porque remete à cultura da sociedade e não apenas às suas expressões ficcionais. A narratologia passa a ser utilizada não somente para a crítica de romances, contos, novelas como ocorre predominantemente, mas como um procedimento analítico para compreender os mitos, as fábulas, os valores subjetivos, as ideologias, a cultura política inteira de uma sociedade.

### **III. Procedimentos de análise pragmática da narrativa jornalística**

Existem muitas notícias e reportagens que são narrativas integrais, histórias mais ou menos completas, com princípio, meio e fim. Podem ser isoladamente analisadas como narrativas fechadas porque possuem uma unidade integral. Entretanto, a nossa opção aqui é pela análise de um conjunto de notícias isoladas sobre um mesmo tema publicadas dia após dia, que aparentemente não possuem narratividade. Propomos integrar essas notícias isoladas em um conjunto significativo solidário, como uma história única: um acontecimento. Juntar o que a dinâmica da atividade jornalística separa. Reunir as notícias diárias em episódios e seqüências maiores, como se fossem um acontecimento único e singular.

A realidade recriada adquire então nova estrutura, clímax e desfechos de histórias que se encaixam em uma narrativa inédita e completa. As notícias unitárias passam a ser parte de um acontecimento integral. É assim que percebemos e construímos, através da memória, a nossa realidade no mundo da vida: a vida se transforma em arte (em narrativas dramáticas) e a arte se converte em um veículo através do qual a realidade se torna manifesta. Construímos então as nossas identidades, a nossa biografia, a nossa história, o nosso passado, presente e futuro.

Tomar o texto como ponto de partida e buscar as conexões não prescinde de uma análise do contexto, entretanto. O texto e suas significações são apenas os nexos entre a produção e o consumo, entre o ato de enunciar e o ato de interpretar (atos de alguém, de algum sujeito). São apenas a forma que assume a relação entre atores humanos históricos. Concebemos a análise da narrativa como caminho rumo ao significado porque o significado é uma relação, não há significado sem algum tipo de troca. As narrativas são formas de relações que se estabelecem por causa da cultura, da convivência entre seres vivos com interesses, desejos, vontades e sob os constrangimentos e as condições sociais de hierarquia e de poder.

Quem narra tem algum propósito ao narrar, nenhuma narrativa é ingênua. A análise deve, portanto, compreender as estratégias e intenções textuais do narrador, por um lado, e o reconhecimento (ou não) das marcas do texto e as interpretações criativas do receptor, por outro lado. A ênfase está no ato de fala, na dinâmica de reciprocidade, na pragmática

comunicativa, não na narrativa em si mesma. Pretende-se observar as narrativas jornalísticas como jogos de linguagem, como ações estratégicas de constituição de significações em contexto, como uma relação entre sujeitos atores do ato de comunicação jornalística. A narrativa não é vista como uma composição discursiva autônoma, mas como um dispositivo de argumentação na relação entre sujeitos.

Nos procedimentos anunciados adiante propomos uma perspectiva fenomenológica que procura interpretar dinamicamente e sistematicamente a essência do fenômeno observado, compreender as diversas camadas significativas do objeto empírico como objeto intencional de nossa percepção. Neste processo, não há objetos isolados, tudo é sempre relacionado ao todo no qual ganha significação e para o qual contribui, tornando-o mais significativo.<sup>1</sup> A ordem que percorremos abaixo não precisa nem deve ser seguida pelo analista, ela não é um modelo nem uma ordem gradual de aproximação, atende apenas a exigência da exposição.

### 1º. Movimento: Recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico

Alguns assuntos aparecem e permanecem no noticiário por períodos consecutivos curtos ou longos. Outros surgem, se interrompem por alguns dias, semanas ou meses e voltam novamente ao noticiário mais adiante, de acordo com a seleção decorrente dos valores notícia. Diferente dos romances ou filmes, onde as histórias são integrais e o ciclo cronológico da intriga se completa, as notícias diárias são fragmentos desconexos de sentido, dificilmente contam uma história completa. As notícias são assim, fragmentos dispersos e descontínuos de significações parciais.

Sem uma história completa a análise da narrativa é impossível. Como proceder então se as notícias são parcelas descontínuas de significação? Na análise da narrativa jornalística é preciso, pois, conectar as partes, identificar a serialidade temática e o encadeamento narrativo cronológico para compreender o tema como síntese (compreender a diegese ou a projeção de um mundo a partir do enredo e das sugestões que dele emanam).<sup>2</sup>

Para reconstituir de forma coerente uma narrativa jornalística o analista precisa observar a continuidade e justaposições temáticas a partir da recorrência de um mesmo tema nas notícias isoladas. Essa recorrência pode ser procurada também nas circunstâncias, personagens, cenários, situações e nos encaixes (ganchos) da sucessão de estados de transformação. Algumas vezes, a determinação do início e do final dessa nova narrativa precisa ser decidida pelo analista de forma mais ou menos arbitrária. Mas, sempre de maneira rigorosa, coerente e justificada.

Essa nova síntese deve ser reescrita como uma nova história, como um acontecimento jornalístico singular. O analista precisará recompor retrospectivamente o enredo completo da história. Essa recomposição constituirá uma nova síntese, uma nova

---

<sup>1</sup> Como observa apropriadamente Alfred Schutz (1995,120/1), a fenomenologia deve elaborar uma teoria muito importante da semântica. A fenomenologia, diz ele, não estuda os objetos mesmos, mas sim está interessada em seus significados. Para ele, é necessário distinguir com nitidez o objeto do mundo externo que será interpretado como um signo, seu significado, seu significado dentro do sistema do universo do discurso, seu significado específico dentro do contexto que se está considerando.

<sup>2</sup> Pires afirma que dois mecanismos intervêm na narrativa: a narração (o discurso que formaliza a evocação de um mundo) e a diegese (a projeção de um mundo considerado como real que vai servir de referente). Ele apresenta três exemplos: linguagem jornalística: “há uma pedra no meio da estrada, impedindo o trânsito”; linguagem poética: “no meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho”; linguagem narrativa (do romance ficcional): “A viagem não pode prosseguir porque o motorista encontrou uma pedra no meio do caminho”. O primeiro referente corresponde ao real/verdadeiro; o segundo, é uma verdade meramente poética; o terceiro é irrealidade ficcional admitida como real. Orlando Pires (1981), Manual de teoria e técnica literária, Presença, Rio de Janeiro.

história diferente e mais completa que as notícias isoladas. Chamamos essa síntese recomposta pelo analista de acontecimento jornalístico, que irá reorientar toda a análise a partir de então.

É importante observar como operam os encaixes (ganchos) que estruturam o encadeamento dos incidentes fragmentados em seqüências cronológicas coerentes. Eles podem revelar aspectos interessantes das estratégias narrativas jornalísticas e dos efeitos de sentido pretendidos: retardamento do desfecho, ritmo da narração, explicações causais e outras atitudes organizativas do texto que vão indicar como ele pretende ser compreendido pelo receptor (as intenções do narrador).

Com a reconfiguração das seqüências em um enredo coerente, o que antes parecia desconectado vai ganhando continuidade e coesão, vai surgindo uma nova intriga complexa que confere ao objeto outra significação. Essa re-significação surge no transcórre da montagem da serialidade do enredo, da identificação do fundo moral ou fábula que vai se tornando cada vez mais nítida e do descobrimento das estratégias narrativas utilizadas em cada caso ou situação comunicativa.

Na medida em que reconstrói a intriga, esse primeiro passo indutivo se constitui em uma apropriação analítica do objeto. Ao recompor a história, privilegiam-se certos elementos de composição, como a sintaxe e a lógica narrativa decorrentes da estratégia textual. Pode-se já observar de maneira sistemática e rigorosa as conexões e associações que o objeto (a recomposição narrativa) vai sugerindo. Essa remontagem da história permite a observação de um fundo de significações parciais da narrativa que modificam o objeto observado. À medida que se remonta a intriga reconstrói-se o objeto. O ato analítico em curso é uma interpretação reflexiva, uma experiência em si mesmo.

## 2º. Movimento: identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios

O conflito é o elemento estruturador de qualquer narrativa, particularmente da narrativa jornalística, que lida com rupturas, descontinuidades e anormalidades (o discordante no dizer de P. Ricoeur). O conflito é o núcleo em torno do qual gravita tudo o mais na narrativa. São os conflitos que abrem o espaço para as novas ações, seqüências e episódios, que prolongam e mantêm a narrativa viva. É a expectativa em torno do desenlace das histórias que mantêm as notícias nos jornais ou telejornais.

A situação inicial de uma narrativa jornalística é, quase sempre, um fato de conotações dramáticas imediatas e negativas, que irrompe, desorganiza e transtorna. É, portanto, uma situação dramática desde o início, um conflito ou situação problema que desestabiliza, rompe o equilíbrio, traz ambigüidades. Pode ser a falta ou o excesso de alguma coisa, pode ser uma inversão ou transgressão, pode ser um conflito manifesto ou implícito: um crime, um golpe, uma infração, um choque, um rompimento, uma anormalidade climática, a eclosão de um fenômeno físico ou social de impacto.

Há sempre pelo menos dois lados em confronto em quase todo acontecimento jornalístico. Há sempre interesses contraditórios, algo que se rompe a partir de algum equilíbrio ou estabilidade anterior e que gera tensão. Em torno do ciclo equilíbrio-desequilíbrio gira a narrativa jornalística. Cabe então ao analista identificar os conflitos principais e secundários da história recomposta (da nova síntese). Eles podem ser políticos, econômicos, psicológicos, familiares, jurídicos, policiais, etc. O analista trabalha agora com a sua própria recomposição do acontecimento, que confrontará permanentemente com as notícias originais para construir sua interpretação.

A identificação dos conflitos permitirá discernir e compreender a funcionalidade dos episódios do novo enredo, que podem reunir uma ou muitas notícias unitárias e não necessariamente guardam relação direta com a ordem das notícias que lhes deram origem. Episódios são unidades narrativas analíticas intermediárias que relatam conjuntos de ações

relativamente autônomos (motivos) correspondentes às transformações no transcorrer da história. Conectam-se ao todo, no qual significativamente se inserem. Devem receber nomes para designar essa funcionalidade. Por exemplo, situação estável (equilíbrio), complicação, clímax, resolução, vitória, desfecho, punição, recompensa e assim por diante. Assemelham-se às funções na análise da narrativa literária.

O termo função foi introduzido por V. Propp e modificado posteriormente por outros autores.<sup>3</sup> Refere-se a ações levadas a cabo por personagens que desempenham um papel funcional na história. É o núcleo básico da progressão narrativa. Nos romances e contos, pode estar em uma única frase, em um parágrafo ou em várias páginas. Na narrativa jornalística essas funções só tornam-se claras após a recomposição da história pelo analista. Podem estar em uma única notícia ou em um conjunto delas.

Na narrativa jornalística é normal a história começar pelo seu clímax, um corte repentino *in media res* na situação estável. Os fatos saltam sobre o leitor. Por isso, é comum os jornais terem de explicar o que está acontecendo (as infografias, os “entenda o caso”, etc.). Observar que essas situações correspondem, com algumas particularidades, à analepse (*flashback*) das narrativas ficcionais. São reforços para memória cultural do receptor, conexões que faltam e precisam ser trazidas para a compreensão das relações. Há também depoimentos de autoridades, técnicos, etc., que recuperam fragmentos anteriores de significação necessários à reconstituição semântica do enredo. São estratégias de linguagem, movimentos retrospectivos para recuperar a memória de eventos ou episódios anteriores ao presente da ação e têm uma funcionalidade orgânica na história. Por isso, merecem atenção especial do analista.

Na análise da narrativa jornalística é particularmente importante identificar e analisar a funcionalidade dos episódios de suspense que deixam significados suspensos, retardam a conclusão da história, aumentam a tensão e as expectativas do leitor ou ouvinte.<sup>4</sup> Isto revelará estratégias textuais pouco claras sem o processo analítico. O jornalismo vive de criar expectativas. Enquanto permanecem abertos, esses episódios capturam o espírito, “seqüestram” e reforçam o contato com o leitor. Observar especialmente como o retardamento (enquanto estratégia) cria tensão, gera expectativas e estabelece um tipo de comunicação singular.

### 3º Movimento: a construção de personagens jornalísticas (discursivas)

---

<sup>3</sup> Propp, Vladimir: *Morfologia do conto maravilhoso* (1984), Forense, Rio de Janeiro. Propp analisou contos maravilhosos russos procurando encontrar constantes científicas que pudessem ser aplicadas universalmente em análises da narrativa. Para ele, por função “compreende-se o procedimento de um personagem, definido do ponto de vista de sua importância para o desenrolar da ação” (pág 26). As funções seriam limitadas em número. Ele enumerou 31 funções. Por exemplo: (1) um dos membros da família sai de casa; 2) impõe-se ao herói uma proibição; 3) a proibição é transgredida; e assim por diante. Sua proposta inspirou e continua inspirando inúmeros estudos, embora tenha sido bastante modificada e ampliada posteriormente. Greimas reduziu as 31 funções de Propp a 20 (ausência, proibição, procura, decepção, vilania, ordem, partida, prova, recepção de adjuvante, deslocamento espacial, combate e vitória, marca, dissolução, retorno, perseguição e libertação, chegada incógnita, atribuição de tarefa e logro, reconhecimento, revelação do traidor ou herói, punição ou prêmio (casamento). Definitivamente, preferimos deixar que cada análise diga, por si mesmo, empiricamente, quais e quantas “funções” compõem a estrutura da história.

<sup>4</sup> Abdala Júnior (1995, 36/37) observa que na estrutura de um conto tradicional, a tensão costuma ser mínima nos segmentos iniciais, sobe quando se configura o conflito, pode crescer ou seguir alta durante a complicação da história e confluir para o clímax onde a tensão será máxima, caindo no desfecho. Ele sugere um gráfico interessante onde a linha vertical do ângulo é o eixo de tensão dramática (efeito no leitor) e a linha horizontal é o eixo do desenvolvimento da narrativa (da apresentação até o desfecho). Na estrutura do conto tradicional discutido pelo autor a linha de tensão vai subindo progressivamente em 14 episódios enumerados por ele em letras que vão de *a* até *o*, momento do clímax, quando então decai rapidamente.

O reconhecimento das personagens e de sua dinâmica funcional ocorre concomitantemente com a identificação dos episódios porque as personagens são atores que realizam coisas (funções) na progressão da história. Sua análise depende da apreensão da história integral como sugerido, embora possa ser realizada paralelamente a ela.

A identificação e análise dos conflitos sugeridos acima é particularmente útil para a atribuição dos papéis das personagens. Por força de sua intervenção na história, as personagens podem ser identificadas como protagonistas, antagonistas, heróis, anti-heróis, doadores, ajudantes, etc. O analista estará movendo-se sempre entre a sua própria reconstituição da história e o texto original das notícias.

No jornalismo as personagens costumam ser fortemente individualizadas e transformar-se no eixo das histórias. Os designantes das personagens, tais como nomes, identificadores e co-referências devem ser particularmente observados. Porém, é importante lembrar que mesmo na narrativa realista do jornalismo as personagens são figuras de papel, ainda que tenham correspondentes na realidade histórica. Lembrar que estamos analisando uma narrativa jornalística, como as notícias constroem personagens, conflitos, combates, heróis, vilões, mocinhos, bandidos, punições, recompensas. Não estamos fazendo uma análise da realidade histórica em si mesma. Nosso objeto é a versão, não a história.

Na narrativa jornalística há sempre uma relação íntima entre personagens e pessoas físicas porque personagens representam pessoas reais. Na análise da narrativa, entretanto, não interessa o quem é o político ACM, o que fez ou deixou de fazer na vida real. Interessa como a narrativa jornalística construiu certa imagem de ACM e o que a personagem fez no transcorrer de uma narrativa jornalística.

Deve-se, portanto, evitar a análise psicologista ou social da personagem e concentrar as observações de sua representação como figura do discurso jornalístico, observar como o narrador imprime no texto marcas com as quais pretende construir a personagem na mente dos leitores/ouvintes. É por outras vias que chegaremos às questões políticas e sociais.

Uma rara reflexão sobre a personagem jornalística é desenvolvida por Mesquita (2002). Valendo-se das idéias da teoria da recepção estética ele observa que há uma ambivalência na personagem jornalística na medida em que os modelos de identificação do receptor projetam também imagens de heróis e vilões no ato de relação comunicativa. Personagens do mundo do espetáculo, da política, da aristocracia e dos esportes retratados cada dia pelo jornalismo operam uma circulação permanente entre o mundo da identificação e o da projeção e suscitam simpatias, compaixões, dores e angústias, como ocorre na arte (na literatura). A personagem constitui uma construção não apenas do texto, mas igualmente uma reconstrução do receptor. Nesse aspecto, suas idéias coincidem com as que estamos desenvolvendo neste capítulo.

A questão mais controversa da análise da personagem jornalística refere-se, portanto, ao fato de não ser ela uma entidade puramente ficcional e arbitrária a gosto da criação do autor como ocorre na arte, mas produto de uma narrativa fática. A personagem jornalística guarda uma relação estreita com a pessoa, com o ser real objeto da narração. Isso gera uma complexidade singular. Mesquita defende, com o que concordamos, que a narratividade é uma característica dominante do texto jornalístico, guardando um parentesco com a narrativa da história e biográfica. Por isso, *o investimento* ideológico no texto não é menor que nas artes

No caso do jornalismo sabemos que a personagem representa uma pessoa com existência real. A pessoa real é sempre irredutível às narrativas que se contam a seu respeito. Sucede, continua ele, que sabemos dessa pessoa apenas *a personagem* que os mídia nos oferece. Os receptores do jornalismo conhecem as figuras públicas e do

espetáculo através de fragmentos que delas veicula o jornalismo. A mídia constrói personagens de acordo com seus critérios jornalísticos e de verossimilhança.

A personalização da vida política e social e do discurso dos mídia constitui o verso e o reverso da mesma medalha, prossegue Mesquita. O referente histórico só é acessível através de elaborações anteriores, entre as quais se situam as representações de natureza jornalística. O jornalista, diz Mesquita, deve respeitar os dados do “real” mais que o romancista e isso porque é responsável pelas imagens que estão em construção. No entanto, a personagem jornalística constitui igualmente uma construção do seu autor na medida em que ele possui autonomia de escolha entre os elementos que lhe são propostos pelo real e na respectiva elaboração. Tal como o cidadão comum ordena os dados de seu *curriculum vitae* de acordo com seus objetivos, o jornalista possui igualmente liberdade ao modelar o “retrato” que constrói de uma pessoa pública. O perfil ou “retrato” jornalístico envolve uma dimensão de pesquisa e inquérito, mas não é mera reprodução ou reflexo do “real”, é uma construção que mobiliza a subjetividade do repórter. O seu papel não se limita a “descrever” pessoas que existem na vida real. A subjetivação pressupõe que se apresente a personagem como uma interpretação e uma construção e não como uma ilusão referencial, destinada a abolir a consciência da mediação jornalística.

Nas democracias atuais, conclui o autor, o debate público está pervertido pela excessiva *fulanização* que marginaliza as questões politico-ideológicas e incide nas escolhas e estereótipos divulgados pela mídia. Mas, a personalização da vida política e social, por um lado, e a proliferação de personagens jornalísticas, por outro, constituem o verso e o reverso da mesma medalha.

Ives Reuter (2002, 41-43) sugere seis categorias para distinguir e hierarquizar personagens de acordo com o seu “fazer” (suas ações), o seu “ser”, sua posição e sua designação: 1) qualificação diferencial: concerne à natureza e qualificações atribuídas às personagens; 2) funcionalidade diferencial: diz respeito não ao “ser”, mas ao fazer da personagem relativo ao seu papel na história; 3) distribuição diferencial (articula o ser e o fazer): concerne às aparições mais ou menos freqüentes, por mais ou menos tempo; 4) autonomia diferencial: combinação das possibilidades de aparecer só ou de encontrar outras personagens; 5) pré-designação convencional (também combina o ser e o fazer): o status da personagem é identificado por marcas genéricas, traços físicos, tipo de ação, que torna-a familiar ao leitor de acordo com os gêneros (o detetive no romance policial, o *cowboy* no *western*, etc.); 6) comentário explícito: diz respeito ao discurso do narrador a propósito da personagem, que a qualifica. Prevemos pouco uso dessas categorias na análise pragmática da narrativa jornalística, mas elas servem para observar as “instruções de leitura” que categorizam as personagens.

#### 4º. Movimento: Estratégias comunicativas

O discurso narrativo subjetivo (a ficção) distingue-se pela presença (implícita ou explícita) do narrador, de um sujeito que narra. A narração como dispositivo argumentativo é evidente. O discurso objetivo do jornalismo, ao contrário, define-se pelo distanciamento do narrador. Ele narra como se a verdade estivesse “lá fora”, nos objetos mesmos, independente da intervenção do narrador: dissimula sua fala como se ninguém estivesse por trás da narração.

Assim, o jornalista opera constantemente um processo de de-subjetivação do real. A retórica jornalística trata de dissimular as estratégias narrativas. O jornalista é, por natureza, um narrador discreto. Utiliza recursos de linguagem que procuram camuflar seu papel como narrador, apagar a sua mediação. É um narrador que nega até o limite a narração. Finge que não narra, apaga a sua presença. Faz os fatos surgirem no horizonte



como se estivessem falando por si próprios. Por isso, reconhecer a narrativa jornalística como dispositivo argumentativo torna-se uma tarefa analítica complexa.

Estudar as narrativas jornalísticas é descobrir os dispositivos retóricos utilizados pelos repórteres e editores capazes de revelar o uso intencional de recursos lingüísticos e extralingüísticos na comunicação jornalística para produzir efeitos (o efeito de real ou os efeitos poéticos). Neste sentido, afirmamos que o jornalismo é uma linguagem argumentativa e não há um estilo jornalístico, mas sim uma retórica jornalística. Quem narra tem sempre algum propósito ao narrar: nenhuma narrativa é ingênua, muito menos a narrativa jornalística.

A presença de recursos narrativos no jornalismo está em todas as partes. Mesmos os textos mais “duros” da editoria de economia, por exemplo, recorrem frequentemente a breves interregnos narrativos com a finalidade de aproximar o leitor dos episódios narrados, de tornar mais humano o texto frio. Outras vezes, os textos jornalísticos escancaram seu caráter narrativo, como em muitas reportagens e no jornalismo literário. Em geral, há muito hibridismo de gênero.

Não é, entretanto, o caráter mais ou menos narrativo que vai revelar a narratividade do texto jornalístico. É o leitor ou o ouvinte, no ato de recepção das notícias, que conclui a obra, recompõe a tessitura da intriga conforme sugerimos anteriormente. O texto é um conjunto de instruções que o leitor recria de modo ativo. O texto só se torna obra na interação entre ele e o receptor. O analista, portanto, deve colocar-se na posição de um leitor e decifrador arguto.

Entendemos que a narrativa jornalística é um permanente jogo entre os efeitos de real e outros efeitos de sentido (a comoção, a dor, a compaixão, a ironia, o riso, etc.), mais ou menos exacerbados pela linguagem dramática das notícias. Procura sempre vincular os fatos ao mundo físico, mas cria incessantemente efeitos catárticos. É um permanente jogo entre as intenções do jornalista e as interpretações do receptor. É polissêmica, intersubjetiva, híbrida, transita contraditoriamente nas fronteiras entre o objetivo e o subjetivo, denotação e conotação, descrição fática e narração metafórica, *realia* e poética. Transita entre premissas verossímeis (*eikós*) ou menos verossímeis (*éndoxon*), *logos* e *mythos*.

A análise que propomos pretende, portanto, observar as narrativas jornalísticas como jogos de linguagem, estratégias de constituição de significações em contexto, independente do seu caráter real ou fictício. Cabe ao analista capturar as sutilezas desse jogo de contrários, observar os efeitos de real e os efeitos poéticos do jornalismo.

#### a) Estratégias de objetivação: construção dos efeitos de real

A estratégia textual principal do narrador jornalístico é provocar o “efeito de real”. Fazer com que os leitores/ouvintes interpretem os fatos narrados como verdades, como se os fatos estivessem falando por si mesmos. Esse efeito de real no jornalismo se obtém com diversos recursos de linguagem e com uma fixação do centro do relato no aqui e no agora, no momento presente. O jornalismo observa o mundo desde o atual, ancora seu relato no presente para relatar o passado e antecipar o futuro. Opera uma mediação que é, ao mesmo tempo, lingüística e temporal. Oferece ao leitor um lugar empírico desde onde se pode observar o mundo, compreender o passado e especular sobre o futuro. Oferece ao homem moderno, na sua dispersão e evasividade, uma forma de compreender seu mundo e sua existência.

Na afirmação radical do presente (atualidade) o jornalismo constrói a sua versão de neutralidade e objetividade reduzindo e encerrando tudo no momento atual. É da atualidade que ele organiza as histórias como sucessão. O passado e o futuro tendem a perder força, a amenizar-se: tudo gira em torno do hoje, do aqui, do agora, do ao vivo e do

*on-line*. Daí a profusão de advérbios e de expressões adverbiais de tempo e de lugar que vinculam a sucessão de eventos a uma visão do hoje, do agora, do presente, do instante.

Ainda que não seja “a realidade”, o texto jornalístico tem veracidade, recorre a recursos de linguagem para parecer factual, objetivo e verdadeiro. Produz o “efeito de real”. Esse é o efeito pretendido e, na maioria dos casos e confirmado pelo leitor. O que o jornalista quer significar e as interpretações do significado pelo destinatário coincidem em grande parte ou na sua essência. Essa precisão não retira dos relatos jornalísticos o caráter narrativo, mas os transforma em uma narrativa singular: um jogo de linguagem situado entre a narrativa da história (realista) e a literária (imaginativa). É esse jogo entre correspondência e desvios textuais na comunicação jornalística que a análise da narrativa deve observar, esse é o seu objeto.

Uma das tarefas fundamentais do analista, portanto, é revelar a estratégia da narrativa jornalística para construir os efeitos de real. Os recursos de linguagem que remetem aos efeitos de real são inúmeros. Ao analista cabe destacá-los e interpretar a sua utilidade na estratégia narrativa. Eles dão a impressão de que não há mediação. O uso desses recursos é uma estratégia argumentativa: a objetividade é uma estratégia argumentativa.

É preciso perguntar: que recursos da linguagem jornalística procuram ancorar os fatos relatados na realidade empírica? O que faz a linguagem jornalística dar a impressão de que as coisas pareçam evidentes? Que artifícios de linguagem “naturalizam” o discurso jornalísticos? Que operações lingüísticas realizam a tarefa de convencer o leitor que o texto é uma representação fiel da verdade e da realidade do mundo? Que recursos criam essa referencialidade?

Que expressões criam a atualidade (a dimensão de instantaneidade, de algo que acaba de acontecer, de momento presente) no jornalismo? Que expressões criam uma referencialidade geográfica (dimensão de um espaço configurado, de uma localização identificada)? Que expressões criam a referencialidade de autoridade para dizer e poder dizer (a dimensão de poder técnico ou político) que autentica a relação da comunicação jornalística?

Perguntar: que expressões criam as condições de verdade (a precisão, a lógica da transparência jornalística, da representação fiel)? Que traços, propriedades e qualidades do texto “abrem uma luz” sobre objetos e situações e as fazem parecer reais? Que expressões ou perspectivas do discurso criam o “olhar externo” do jornalista em relação aos fatos? Que expressões instauram a legitimidade do narrador (o repórter, o editor, o veículo) como fonte legítima para dizer e poder dizer?

As citações frequentes, por exemplo, conferem veracidade. São utilizadas para dar a impressão de que são as pessoas reais que falam, que o jornalista não está intervindo. Observe, porém, que ao citar, o jornalista pinça da fala da fonte aspectos que pretende ressaltar dando outra dimensão ao discurso, dirigindo a leitura. As citações encobrem muito bem a subjetividade porque o leitor supõe que elas reproduzem literalmente o que a fonte disse e quis destacar. Produzem a sensação de uma proximidade entre a fonte e o leitor. Dissimulam a mediação.

A identificação sistemática de lugares (onde) e de personagens (quem) também cumpre uma função argumentativa: localiza, situa, transmite a idéia de precisão, causa a impressão de que o narrador fala de coisas verídicas, realisticamente situadas. O uso de nomes próprios de lugares (Rio de Janeiro, Brasília, Nova York, Iraque, etc.) ou de instituições (Ministério da Fazenda, STF, Polícia Federal, etc.) identifica de imediato por se referirem à instituições reconhecidas. Tudo revela certo uso da linguagem e certa intenção do narrador.

A datação precisa confere referencialidade temporal (ontem, hoje, amanhã, etc.), muitas vezes acompanhada de especificação precisa: à tarde, às 15 horas, antes do almoço,

na saída do trabalho, etc. São dêiticos espaço-temporais que precisam ser identificados pelo analista e cuja função tática precisa ser descortinada.

Os dêiticos são particularmente importantes para observar a construção da referencialidade e compreender a relação comunicativa da narrativa jornalística e. O seu uso abundante no jornalismo demarca o tempo e o lugar da enunciação, situa, referencia e confere confiabilidade espaço-temporal. Por exemplo, o uso de artigos, demonstrativos e de elementos espaço-temporais (ontem, amanhã, semana passada, próximo mês, em seguida, a partir de, ali, aqui, lá) designa a pessoa que fala, de quem se fala e a pessoa a quem se fala. Referencia e fornece as condições de unicidade do ato de fala. Ao mesmo tempo em que referencia, estabelece e confirma os lugares e o estatuto dos interlocutores na relação.

O abundante uso de números e de estatísticas confere precisão ao relato (idades, quantias, volumes, porções, dimensões, etc.). São igualmente estratégias de linguagem cujo objetivo é repassar uma idéia de rigor e veracidade. Não podemos, entretanto, dar conta aqui de toda a gama de recursos utilizados na linguagem para produzir efeitos de real. É preciso que o analista recorra à literatura a respeito para levar a cabo o seu trabalho e que relacione o uso dessas marcas de referencialidade do texto à construção da narrativa fática.

b) Estratégias de subjetivação: construção de efeitos poéticos

O jornalismo representa a vida e as ações dos homens (bons e maus), relata as tragédias e as epopéias modernas. Contam as histórias de nossos heróis e vilões, nossas batalhas, conquistas e derrotas. O mundo do jornalismo é o mundo da tragédia e da comédia humanas, é habitado, como as artes e a literatura, pelo *mythos*. Tem uma ética e uma poética, como outras linguagens estéticas, ainda que o jornalismo não resolva os conflitos que traz (ao contrário, deixa os episódios permanentemente em abertos para complementação por parte da audiência, que solicita permanentemente mais notícias).

Grande parte do que sugerimos acima sobre a reconfiguração da história e de seus episódios, sobre os conflitos do enredo e os papéis das personagens compõe e fornece subsídios para a análise dos efeitos poéticos. A reconstrução das notícias individuais em uma seqüência cronológica e integral, conforme sugerimos, é um movimento epistemológico que re-subjetiva o discurso jornalístico ao conferir-lhe o estatuto de uma história com princípio, meio e fim e ao resgatar o seu fundo moral. O receptor das notícias realiza um percurso semelhante e isso justifica o procedimento interpretativo do analista. A reconfiguração da história operada pelo leitor reconstrói narrativamente as notícias em acontecimentos integrais, com o auxílio da memória cultural. O leitor liga pontos, conecta partes, ressubjetiva as histórias.

Há também uma infinidade de recursos e de figuras utilizadas na linguagem jornalística que remetem o leitor à interpretações subjetivas. A linguagem jornalística é por natureza dramática e a sua retórica é tão ampla e rica quanto a literária. Observe os títulos do jornal ou as chamadas do telejornal de hoje para comprovar essa afirmação. Intencionalmente ou não, geram nos leitores inúmeros efeitos de sentido emocionais. Recursos lingüísticos e extra lingüísticos remetem os receptores a estados de espírito catárticos: surpresa, espanto, perplexidade, medo, compaixão, riso, deboche, ironia, etc. Eles promovem a identificação do leitor com o narrado, humanizam os fatos brutos e promovem a sua compreensão como dramas e tragédias humanas.

Tal como os efeitos de real, recursos da retórica jornalística induzem os leitores, ouvintes e telespectadores a diversos tipos e graus de comoção. Esses recursos abundam nas manchetes e títulos tanto quanto nos textos, tanto nas ilustrações e charges como nas fotografias e imagens televisivas. Estão nas escolhas léxicas, no uso de verbos

prospectivos, verbos de sentimento, verbos negativos, verbos de conselho, de advertência, etc.; no uso de adjetivos afetivos, potenciais ou adjetivos de possessão; no uso de substantivos estigmatizados como terroristas, radicais, pivetes, etc. Estão nas exclamações, interrogações, comparações, ênfases, repetições e reticências, mais comuns no noticiário que se pensa. Estão nas figuras de linguagem (metáforas, sinédoques, sinonímia, hipérboles). Estão nas ironias e paródias, que abrem âmbitos de significação. Estão nos conteúdos implícitos, nas implicaturas de advérbios como “apenas”, “de novo”, “só”, “ainda”, comuns nas manchetes. Estão nas pressuposições e tantos outros recursos lingüísticos e extra lingüísticos que proliferam na linguagem jornalística verbal e áudio-visual. É impossível enumera-los ou classifica-los, tal a sua abundância no noticiário. O analista deverá revelar a presença de cada recurso da retórica jornalística, investigar sua dimensão semântica e relacioná-lo à estratégia narrativa do narrador e do meio que utiliza. Esses recursos e estratégias textuais orientam a narrativa jornalística para uma ou outra direção.

Muito do que vamos dizer adiante sobre a fábula da história (significados de fundo moral e ético) completam a análise dos efeitos de sentido. Queremos apenas recomendar ao analista munir-se de uma boa bibliografia sobre teoria literária e semântica. É fundamental ter ainda à mão dicionários de retórica, de narratologia, de lingüística, de símbolos e mitos e uma boa gramática para auxiliá-lo na análise e na interpretação. Sem esses auxílios, a análise flui com maior dificuldade.

##### 5º. Movimento: A relação comunicativa e o “contrato cognitivo”

A narratologia literária preocupa-se em estudar o “ponto de vista” do narrador, distinguindo entre “quem vê” (olhar, modo narrativo) e “quem fala” (voz, focalização). Mantém a observação no modo e no ponto de vista em que a história é narrada. Alguns autores da teoria literária utilizam a expressão “perspectiva narrativa”, outros preferem “situação narrativa” e outros mais, “instância narrativa”. Mais recentemente se consolidou a expressão “foco narrativo” ou “focalização”, que distingue entre o narrador heterodiegético (onisciente, que tudo sabe, vê e conta desde uma perspectiva ilimitada) e homodiegético (o narrador conta a partir do “eu” retrospectivamente ou no momento em que as coisas acontecem) e suas inúmeras variações. Na teoria do jornalismo fala-se em “enquadramento” e “abordagem” (seleção e saliência de aspectos da realidade pelo jornalista na sua observação do mundo).

Na análise pragmática da narrativa a atenção desvia-se da relação narrador-texto para a relação comunicativa narrador-narratário, para o jogo entre as intencionalidades do narrador e as interpretações e reconhecimentos da audiência. A perspectiva é outra, a atenção desloca-se do texto como unidade estática para a relação comunicativa intersubjetiva. O texto torna-se apenas o nexos de uma atividade interativa entre dois interlocutores (narrador e narratário) que realizam um processo, um ato comunicativo. O enquadramento ou abordagem jornalística são analisados como parte da estratégia comunicativa.

A observação da “relação comunicativa” já está metodologicamente contemplada nas etapas precedentes. Vale a pena, entretanto, retomar aqui as idéias da estética da recepção sobre o ato de leitura dos dramas e tragédias reportados continuamente pelas notícias diárias e para entender a dinâmica do jogo entre os interlocutores no processo comunicativo jornalístico. Diz textualmente W. Iser (1999, 28): “Como nenhuma história pode ser contada na íntegra, o próprio texto é pontuado por lacunas e hiatos que têm de ser negociados no ato da leitura. Tal negociação estreita o espaço entre texto e leitor, atenua a assimetria entre eles, uma vez que por meio dessa atividade o texto é transportado para a consciência do leitor. Se a estrutura básica do texto consiste em segmentos *determinados*

interligados por conexões *indeterminadas*, então o padrão textual se revela um jogo, uma interação entre o que está expresso e o que não está. O não expresso impulsiona a atividade de constituição do sentido, porém sob o controle do expresso. Expresso esse que também se desenvolve quando o leitor produz o sentido indicado”. Desse modo, conclui Iser, o significado do texto resulta de uma apropriação da experiência noemática que o texto desencadeia e que o leitor assimila e controla segundo as suas próprias disposições.

É com o pano de fundo da teoria da recepção que recomendamos o exame da relação comunicativa jornalística. As notícias são fragmentos parciais de histórias e atores dos dramas e tragédias humanas contadas e recontadas diariamente, pontuadas de lacunas e hiatos de sentido que precisam ser permanentemente negociados pelo receptor no ato de leitura. As notícias condensam difusamente conflitos, tensões, terror e piedade. É o receptor das fragmentadas notícias quem vai conectar as partes com a ajuda da memória, tecer os laços de significação temporal, preencher as lacunas, reconfigurar as indeterminações, articular passado, presente e futuro, montar os atravessados quebra-cabeças das intrigas e significados através de atos criativos de recepção.<sup>5</sup>

É na interpretação imaginativa do leitor, ouvinte ou telespectador que a narrativa jornalística ganha narratividade e consistência, ganha contornos morais e éticos, reconfigura histórias significativas independente da identidade, das qualidades intrínsecas, modos e estilos do texto. O leitor, ouvinte ou telespectador realiza a fusão de horizontes de expectativas porque precisa e busca encadear os fragmentados episódios das notícias com as difusas histórias de sua vida, repondo continuamente o ato de recepção na cultura, no mundo da vida. É, pois, no movimento interpretativo do leitor que o analista pode reconhecer a relação entre os interlocutores.

À análise deve concentrar-se na observação do entorno ou situação espaço-temporal onde se realiza a relação comunicativa para compreender as circunstâncias do ato de enunciação. Deve identificar os elementos do contexto que condicionam a intenção comunicativa do emissor e a sua realização no receptor. Alguns autores destacam os seguintes aspectos dessa situação comunicativa: 1) contexto físico (o veículo da comunicação); 2) contexto empírico; 3) contexto natural; 4) contexto prático ou ocasional; 5) contexto histórico; 6) contexto cultural.<sup>6</sup> Só a primeira é material, as demais correspondem a conceitualizações sócio-culturais intersubjetivas dos interlocutores no ato empírico de fala, referem-se a um entorno cognitivo compartilhado.

A análise da narrativa jornalística deve observar particularmente o “contrato cognitivo” implícito entre jornalistas (narradores) e audiência (narratário) em seu contexto operacional. Esse “contrato” segue as máximas da objetividade, da co-construção da “verdade dos fatos”: o objetivo é co-construir a verdade, a “realidade objetiva”. O desejo de objetividade do jornalista e sua estratégia textual de “relatar a verdade” são compactuados e validados pela comunidade de leitores, ouvintes e telespectadores da mídia jornalística que acreditam estar lendo, vendo ou ouvindo a verdade dos fatos. A comunidade jornalistas-audiência reproduz uma convenção (informal, obviamente) em que emissores e destinatários dão por convencionalizado que o jornalismo é o lugar natural da verdade, o lugar do texto claro, isento, preciso, sem implicaturas nem pressuposições.

---

<sup>5</sup> Inez Sautchuk (2003, 40-46) traz uma interessante discussão sobre os processos de intervenção da memória no ato de leitura. De acordo com ela, num primeiro momento acontece uma rápida percepção e armazenamento visual do material lingüístico. Num segundo momento esse material ocupa brevemente a mente do leitor e a sua atenção se dirige para a organização e agrupamento de unidades significativas. Até aqui está operando a memória de curto prazo (memória funcional ou de trabalho), um movimento cognitivo de reconhecimento e identificação. Quase simultaneamente opera a memória de longo prazo, que identifica modelos, recorda e reconstrói a informação com base no conhecimento prévio empírico e enciclopédico que se dispõe (a teoria do mundo em nossa mente). A primeira é uma memória lingüística, a segunda, semântica.

<sup>6</sup> Ver Escandell Vidal, M. Victória (2002): *Introducción a la pragmática*, Ariel, Madrid, pág. 29/30

Esse pacto gera uma estabilidade entre os interlocutores que torna possível a eficiente comunicação jornalística. Somente a partir da compreensão dessa estabilidade onde se realiza a comunicação noticiosa é possível ao analista interpretar as violações das máximas jornalísticas e compreender as implicaturas, as pressuposições, as insinuações, as ironias e outros efeitos de sentido que simultaneamente se realizam.

#### 6º. Movimento: Metanarrativas - significados de fundo moral ou fábula da história

Toda narrativa, seja ela fática ou fictícia, se constrói contra um fundo ético e moral. Nas fábulas e contos infantis esse fundo moral é evidente. Nos filmes, contos e romances também, embora algumas vezes a mensagem seja nebulosa ou intencionalmente enigmática. Na historiografia moderna essa questão tem sido amplamente questionada. É difícil imaginar, entretanto, um historiador brasileiro ser imparcial ao narrar os episódios como a Inconfidência Mineira, por exemplo.

A narrativa jornalística, por mais que se pretenda isenta e imparcial, é também fortemente determinada por um fundo ético ou moral. Os jornalistas só destacam certos fatos da realidade como notícia porque esses fatos transgridem algum preceito ético ou moral, alguma lei, algum consenso cultural. A notícia representa sempre uma ruptura ou transgressão em relação a algum significado estável. Cabe ao analista identificar, interpretar e elucidar esse significado simbólico.

Esse fundo ético e moral vai surgindo cada vez mais nítido ao longo da análise do acontecimento: é o plano da estrutura profunda da narrativa. Ele pode saltar logo no princípio, aparecer gradualmente quando os movimentos iniciais da análise forem sendo concluídos ou só se configurar ao final. Pode ser predominantemente de ordem ética, moral ou filosófica, ainda que também possa conter aspectos políticos, religiosos, psicológicos ou ideológicos. Nenhuma notícia está nos jornais sem que haja uma razão ética ou moral que justifique seu relato. É o pano de fundo sobre o qual se desenvolve a seqüência de notícias sobre um determinado assunto. O analista precisa tomar consciência e contrapor esse fundo moral ao enredo da história que reconfigurou.

Ele nem sempre está claro ou consciente para o jornalista no momento de produção do texto e poucas vezes transparece nítido para os receptores na fugaz leitura ou audiência diária das notícias. No ato de edição os jornalistas, tanto quanto os leitores e ouvintes no ato de recepção, prestam muito mais atenção aos detalhes explícitos ou “realistas” e às determinações históricas dos incidentes relatados. Uns e outros estão envolvidos nas tramas imediatas, nos significados explícitos dos episódios jornalísticos. No cotidiano da produção e consumo da indústria cultural dificilmente os interlocutores se dão conta do significado exemplar ou fabular dos relatos noticiosos.

Mas, esse significado simbólico está presente de forma mais ou menos intensa nos dramas e tragédias continuamente relatados pelo jornalismo. Aqui e ali, em momentos fugazes, com o auxílio da memória e dos cânones culturais, os receptores recompõem as narrativas e são dominados por estados de ânimo de maior ou menor comoção frente aos dramas e tragédias diárias reportadas pelas notícias. Essa comoção pode variar da indiferença ou perplexidade inicial até a ansiedade intensa, angústia ou compaixão profunda, dependendo das circunstâncias.

Talvez com maior freqüência do que se pensa, estimulados pela linguagem dramática do jornalismo (verbal e imagens) leitores, ouvintes e telespectadores se evadem das determinações históricas, penetram transitariamente em universos imaginários afetivos, experimentam fugazmente o campo da intemporalidade e das indeterminações. O referencial se esvaece e pode acontecer uma fuga transitória dos receptores do mundo da vida para mundos simbólicos e míticos. Nesses casos, a notícia realiza-se não apenas como uma ocorrência cognitiva, mas como uma experiência estética ou emocional profunda.

Quem não experimentou uma comoção profunda diante das imagens trágicas do incidente das Torres Gêmeas em Nova York em 2001 ou do tsunami na Ásia em 2004?

Pode-se, assim, chegar até a dimensão pré-jornalística que o jornalismo relatou através de intrigas fragmentadas em notícias diárias. Alcançamos o nível da cultura, das significações profundas, do plano moral, ético e simbólico. Em outras palavras, estamos afirmando que as fábulas contadas e recontadas pelas notícias diárias revelam os mitos mais profundos que habitam metanarrativas culturais mais ou menos integrais do noticiário: o crime não compensa, a corrupção tem de ser punida, a propriedade precisa ser respeitada, o trabalho enobrece, a família é um valor supremo, a nação é soberana, e assim por diante. São essas, na verdade, as grandes metanarrativas culturais que o jornalismo nos conta e reconta diariamente.

Regressamos, para finalizar, à pergunta formulada por Hayden White (1981): que tipo de mistério está envolvido no desejo de transformar eventos reais em histórias? Com a resposta a esta pergunta podemos compreender o impulso cultural não apenas de narrar, mas de dar aos eventos um aspecto de narratividade. A resposta a essa pergunta deve ser buscada na análise das narrativas em geral e particularmente na análise da narrativa jornalística. Ela remete a questões culturais anteriores à reportagem. Remete à categorias mitológicas (os desejos, as esperanças e as negatividades) de que nos fala N. Frye (1999), matrizes que conformam nossas biografias, nossa historiografia, nossa literatura, nossos contos e romances, nossa ciência, nossas leis e o nosso jornalismo. É nesse nível cultural e simbólico que podemos entender as narrativas como mimese em toda sua amplitude: compreender como a arte imita a vida e a vida imita a arte.

### **Bibliografia**

1. Abdala Junior, B. (1995): Introdução à análise da narrativa, S. Paulo, Scipione
2. Bal, Mieke (2001): Teoría de la narrativa, Madrid, Cátedra
3. Barthes, R. e outros (1971): Análise estrutural da narrativa, Petrópolis, Vozes
4. Bruner, Jerome (1998): Los actos de significado, Ariel, Madrid
5. Cabrera, M. A. (2001): História, lenguaje y teoria de la sociedad, Madrid, Cátedra
6. Escandell Vidal, M. V. (2002): Introducción a la pragmática, Ariel, Barcelona
7. Frye, Northrop (1999), Fábulas de identidade, S. Paulo, Nova Alexandria
8. Genette, Gerard (1993): Nuevo discurso del relato, Madrid, Cátedra
9. Gergen, Kenneth J.(1996): Realidades y relaciones, Barcelona, Paidós
10. Iser, Wolfgang (1999): Teoria da Ficção, EdUERJ, Rio de Janeiro
11. Lyotard, J. F. (1998): A condição pos-moderna, R. de Janeiro, Jose Olympio
12. Mesquita, Mário (2002), A personagem jornalística, As Ciências da Comunicação na Viragem do Século, Comunicação e Linguagens, Lisboa Vega
13. Motta, Luiz G. (2005): Narratologia – teoria e análise da narrativa, Brasília, Casa das Musas
14. Motta, Luiz G., Gustavo B. Costa, Jorge A. Lima (2005): Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, Vol. XXVI, No. 1, São Paulo
15. Motta, Luiz G.(2004): A construção narrativa da história do presente, Interprogramas da Compos 2004, Brasília, mimeo (disponível no site [www.compos.org.br](http://www.compos.org.br))
16. Motta, Luiz G. (2004): Jogos de linguagem e efeitos de sentido na comunicação jornalística, Estudos em Jornalismo, Vol. 1, No. 2, Florianópolis
17. Motta, Luiz G. e Christa Berger (2003): Narrativa jornalística: a história de Lula contada pelos jornais espanhóis, Revista Famecos, Ago. 2003, No. 21

18. Motta, Luiz G. e Christa Berger (2003): Cobertura das eleições brasileiras pela imprensa espanhola: Lula põe a esquerda na pauta, *Comunicação & Política*, Vol. X, No. 1, Rio de Janeiro
19. Motta, Luiz G. (2002): Para uma antropologia da notícia, *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, S. Paulo, Vol XXV, no. 2
20. Motta, Luiz G. (2001): Conflito político e geração de sentido nas notícias, *Cadernos Ceam*, Ano 2, no. 6, Universidade de Brasília
21. Reuter, Yves (2002): A análise da narrativa, S. Paulo, Difel
22. Todorov, T. e O Ducrot (1977): Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem, S. Paulo, Perspectiva
23. Todorov, Tzvetan (1970): As estruturas narrativas, S. Paulo, Perspectiva
24. Ricoeur, Paul (1994/5): Tempo e narrativa, tomos I, II e III, S. Paulo, Papirus
25. Sautchuk, Inez (2003): A produção dialógica do texto escrito, S. Paulo, Martins Fontes
26. White, Hayden (1981): The value of narrative in the representation of reality, in W.J.T. Mitchell, *On narrative*, Chicago University Press